



Distribuidora de Água
Camaçari S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12





KPMG Auditores Independentes Ltda
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Camaçari – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água Camaçari S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Distribuidora de Água Camaçari S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ativos fiscais diferidos	
Veja a Nota 15 (a) das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários, relativos as diferenças temporárias, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela administração e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade, entendemos que esses é um assuntos significativos em nossos trabalhos de auditoria.	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia;</p> <p>(ii) Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e</p> <p>(iii) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.</p>

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das vendas da Sociedade são realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as



demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 25 de Março de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Hidelbrando de Oliveira de Abreu Filho

Contador CRC BA-029520/O-7

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.046	54.428	Fornecedores	10	8.357	6.943
Aplicação Financeira	5	28.062	18.484	Financiamentos	11	1.889	1.922
Contas a receber	6	19.489	13.598	Debêntures	12	46.399	41.999
Tributos a recuperar	7	14.198	1.985	Salários e encargos sociais		4.204	3.901
Imposto de renda e contribuição social		103	303	Tributos a pagar	13	2.478	1.411
Estoques		4.067	3.602	Imposto de renda e contribuição social		142	-
Despesas antecipadas		1.179	442	Dividendos	17(e)	7.096	6.543
Outros ativos		199	150	Passivo ambiental	16(a)	296	166
				Outros passivos		4.489	1.605
Total do ativo circulante		102.343	92.992	Total do passivo circulante		75.350	64.490
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos			
Fundos restritos - Aplicações financeiras	8	13.784	13.063	Debêntures	12	103.442	135.433
Partes relacionadas	14	-	60.567				
Impostos diferidos	15	37.079	44.427				
Tributos a recuperar	7	169	169				
Despesas antecipadas		278	-				
Total do realizável a longo prazo		51.310	118.226	Total do passivo não circulante		105.501	139.066
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	112.863	118.496	Capital social	17	42.630	42.630
Intangível		72	158	Reservas de lucros		43.107	83.686
Total do ativo não circulante		164.245	236.880	Total do patrimônio líquido		85.737	126.316
Total do ativo		266.588	329.872	Total do passivo e patrimônio líquido		266.588	329.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	18(a)	163.726	134.752
Custos das mercadorias vendidas	18(b)	<u>(88.913)</u>	<u>(73.125)</u>
Lucro bruto		<u>74.813</u>	<u>61.627</u>
Receitas/(despesas) operacionais	18(b)		
Gerais e administrativas		(7.261)	(6.833)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa		72	(221)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>1.439</u>	<u>(328)</u>
Lucro operacional		<u>69.063</u>	<u>54.245</u>
Resultado financeiro	18(c)		
Receitas financeiras		5.230	4.959
Despesas financeiras		<u>(28.169)</u>	<u>(20.651)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(22.939)</u>	<u>(15.692)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>46.124</u>	<u>38.553</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15(b)	(1.978)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15(b)	<u>(7.348)</u>	<u>(12.350)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>36.798</u></u>	<u><u>26.203</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	36.798	26.203
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	36.798	26.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		42.630	2.967	6.733	53.408	-	105.738
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.203	26.203
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)	-	-	-	-	(5.625)	(5.625)
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)	-	2.394	1.310	16.874	(20.578)	-
Em 31 de dezembro de 2020		42.630	5.361	8.043	70.282	-	126.316
Dividendos intermediários	17 (e)	-	-	-	(70.281)	-	(70.281)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.798	36.798
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)	-	-	-	-	(7.096)	(7.096)
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)	-	7.932	483	21.287	(29.702)	-
Em 31 de dezembro de 2021		42.630	13.293	8.526	21.288	-	85.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	46.124	38.553
Ajustes		
Depreciação e amortização	14.034	14.866
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.816	35
Passivo ambiental	296	166
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa	(72)	221
Juros sobre mutuo - Partes Relacionadas	(792)	(1.876)
Juros e variações monetárias, líquidos	26.037	20.242
	87.443	72.207
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(5.819)	3.591
Tributos a recuperar	(9.507)	5.745
Estoques	(465)	45
Despesas antecipadas	(1.015)	(239)
Outros ativos	(49)	73
(Redução)/aumento nos passivos		
Fornecedores	970	1.722
Salário e encargos sociais	303	216
Tributos a pagar	1.067	(906)
Realização passivo ambiental	(166)	
Outros passivos	2.884	384
Caixa proveniente das operações	75.646	82.838
Contribuição social pagos	(1.631)	(303)
Juros pagos sobre financiamentos e debentures	(26.000)	(22.334)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.015	60.201
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(9.578)	(18.484)
Entradas de fundos restritos	624	1.322
Saídas de fundos restritos	(1.345)	(7.623)
Adições de imobilizado	(9.688)	(7.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(19.987)	(32.516)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos (i)	(18.174)	(5.952)
Amortizações de financiamentos	(1.611)	(1.203)
Amortizações das debêntures	(27.625)	(23.392)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(47.410)	(30.547)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(19.382)	(2.862)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.428	57.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.046	54.428
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(19.382)	(2.862)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) No exercício de 2021 foi realizado a distribuição de dividendos intermediários de R\$ 70.281, sendo pago o valor de R\$ 11.631 e o valor R\$ 58.650 compensação do mútuo. Desta forma o desembolso de R\$ 18.174 refere-se dividendos de 2020 R\$ 6.543 e R\$ 11.631 dividendo intermediários.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Distribuidora de Água Camaçari S.A. (“Companhia” ou “DAC”), a Companhia é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da portaria nº INEMA nº4.752/13.

Atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis, estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

1.3 Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 – Contas a receber:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 15 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 16 - Provisão reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 3.2 - Instrumentos financeiros.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2 Instrumentos financeiros

2.2.1 Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

(i) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber a vencer, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, são contabilizados provisão para perda.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes a luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o *aging list*.

O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de 3 (três) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2021.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido

2.8 Patrimônio Líquido

2.8.1 Capital Social

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para as acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas em Assembleia Geral.

2.8.2 Reserva de incentivo fiscal

O benefício é reconhecido quando comprovado razoável segurança de que a companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

2.8.3 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

2.8.4 Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva, devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

2.9 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento em que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende à captação e tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m^3) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários ($R\$/m^3$) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço.

A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE 2013 a 2022. Ante ao exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$5.310 no exercício de 2021.

O benefício é reconhecido quando comprovado razoável segurança de que a companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

No que tange ao diferido passivo, a administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data, vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei 11.638.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

a. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança.

A Companhia tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. ("Braskem"), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

O contas a receber é representado por 53,74% (61,57% 2020) da Braskem e 28,14% (14,70% 2020) por dois outros clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas 4, 5, 6 e 8).

b. Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros			
Fornecedores	8.357	8.357	-
Financiamentos	3.958	3.465	944
Debêntures	150.181	105.207	65.111
	162.496	117.029	66.055

c. Análise de sensibilidade – taxa de juros

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.

Indicadores	Exposição	Cenário provável	Cenário (15%)
Ativo	61.005	-	-
Aplicações financeiras			
CDI (i)	61.005	11,75%	13,51% / 9,99%
Impacto valorização	-	7.168	9.212
Impacto desvalorização	-	-	6.809
	Exposição	Cenário atual	Cenário (15%)
Passivo	91.396	-	-
Empréstimos e financiamentos			
IPCA (i)	1.636	5,24%	6,03% / 4,45%
Impacto valorização	-	86	104
Impacto desvalorização	-	-	77
Debêntures			
IPCA (ii)	89.760	5,24%	6,03% / 4,45%
Impacto valorização	-	4.703	5.692
Impacto desvalorização	-	-	4.207

(i) Projeção para o exercício de 2022. Fonte: Inteligência de mercado/fiscal

(ii) A incidência do IPCA é sobre o saldo do principal das debêntures, sendo que os saldos de principal e juros são de R\$ 89.760 e R\$ 60.421 respectivamente em 31.12.2021

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, todos classificados no nível 2.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2021	2020
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	35.046	54.428
Aplicações financeiras	valor justo por meio do resultado	28.062	18.484
Fundos restritos	valor justo por meio do resultado	13.784	13.063
Contas a receber	Custo amortizado	19.489	13.598
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	60.567
		96.381	160.140
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	(8.357)	(6.943)
Financiamentos	Custo amortizado	(3.948)	(5.555)
Debêntures	Custo amortizado	(149.841)	(177.432)
		(162.146)	(189.930)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	2.103	2.104
Aplicações financeiras (a)	<u>32.943</u>	<u>52.324</u>
	<u>35.046</u>	<u>54.428</u>

- (a) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, está representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e operações compromissadas com bancos de primeira linha detentores de rating mínimo A+ ou A1, de acordo com a classificação de agência especializada. A remuneração média do exercício foi de 104% (2020 – 100%) do CDI.

5 Aplicações financeiras

	2021	2020
CDB	<u>28.062</u>	<u>18.484</u>
	<u>28.062</u>	<u>18.484</u>

Essas aplicações possuem vencimento original superior a três meses.

6 Contas a receber

	2021	2020
Clientes privados e públicos	290	352
Partes relacionadas (nota 14)	19.358	13.477
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	<u>(159)</u>	<u>(231)</u>
	<u>19.489</u>	<u>13.598</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2021	2020
A vencer	19.252	13.352
Até 30 dias	217	244
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	29	3
De 91 a 180 dias	13	218
Acima 181 dias	<u>137</u>	<u>12</u>
	<u>19.648</u>	<u>13.829</u>
PECLD	<u>(159)</u>	<u>(231)</u>
	<u>19.489</u>	<u>13.598</u>

	2021	2020
Movimentação do PECLD		
Saldo Inicial	(231)	(10)
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(374)	(395)
(+) Estorno de provisão por recebimentos	446	174
Saldo final	(159)	(231)

7 Tributos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS (i)	10.385	3
ICMS	757	920
Outros	3.307	1.231
	14.449	2.154
Circulante	14.280	1.985
Não circulante	169	169

- (i) Trata-se de crédito extemporâneo aguardando deferimento de Pedido de Habilitação de Crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, à título de Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/COFINS recolhida a maior, desde os 05 (cinco) anos anteriores à propositura do Mandado de Segurança de nº 0014089-47.2006.4.01.3300, por força da indevida inclusão, na correlata base de cálculo, dos valores correspondentes ao ICMS faturado em cada período de apuração mensal. Em 31 de dezembro de 2021, os valores atualizados dessas demandas somam R\$9.989, gerando impacto resultado no valor de R\$ 1.594(Nota 18 b), sendo parte deste reconhecido em 2019.

8 Fundos restritos – Aplicações financeiras

Os fundos restritos são vinculados ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e financiamentos.

Movimentação do saldo fundos restritos vinculadas ao longo do exercício

Modalidade de financiamento	2020	Entradas	Saídas	2021
CDB	12.958	1.345	(624)	13.679
Fundo Investimentos	105	-	-	105
	13.063	1.345	(624)	13.784

Como cumprimento as obrigações previstas nas debêntures, é mantido o valor correspondente 300% da parcela mensal. Para garantia aos financiamentos, é assegurado o valor correspondente a 5% sobre o saldo devedor.

9 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos(i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento (ii)	Outros	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(119)	(54.007)	(7.728)	(178)	(2.120)	(2.605)	-	(502)	(67.259)
Valor contábil líquido	185	50.891	15.854	362	13.144	24.009	20.227	597	125.269
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	304	104.898	23.582	540	15.264	26.614	20.227	1.099	192.528
Adições	-	686	-	75	-	-	7.017	264	8.042
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	470	-	-	421	1.845	(2.867)	131	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	304	106.054	23.582	615	15.685	28.459	24.377	1.459	200.535
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(119)	(54.007)	(7.728)	(178)	(2.120)	(2.605)	-	(502)	(67.259)
Adições	(58)	(10.264)	(1.988)	(58)	(881)	(1.400)	-	(131)	(14.780)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(177)	(64.271)	(9.716)	(236)	(3.001)	(4.005)		(633)	(82.039)
Valor contábil líquido	127	41.783	13.866	379	12.684	24.454	24.377	826	118.496
Vida útil (anos)	5	2 a 20	4 a 50	10	5 a 15	10 a 33	-	8 a 10	-
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	304	106.054	23.582	615	15.685	28.459	24.377	1.459	200.535
Adições	-	824	-	20	-	-	9.030	258	10.132
Baixas	(5)	-	-	-	-	-	(1.247)	(567)	(1.819)
Transferências	-	8.189	5.024	9	118	1.000	(15.365)	1.025	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	299	115.067	28.606	644	15.803	29.459	16.795	2.175	208.848
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(177)	(64.271)	(9.716)	(236)	(3.001)	(4.005)	-	(633)	(82.039)
Adições	(52)	(8.659)	(2.211)	(62)	(988)	(1.715)	-	(261)	(13.948)
Baixas	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(227)	(72.930)	(11.927)	(298)	(3.989)	(5.720)	-	(894)	(95.985)
Valor contábil líquido	72	42.137	16.679	346	11.814	23.739	16.795	1.281	112.863
Vida útil (anos)	5	2 a 20	6 a 50	10	5 a 20	5 a 33	-	2 a 10	-

- (i) Máquinas e Equipamentos envolve todo o conjunto dessa natureza utilizado no processo da empresa dentre eles estão os motores, rotores, bombas, filtros, vasos de pressão, painéis, transformadores, válvulas etc.;
- (ii) O saldo de obras em andamento R\$ 16.795, referente a aquisições de materiais para adequação das medições de custódia Braskem, recuperação do tanque (concreto) de armazenagem de água desmineralizada - TQ 5217A, a construção do novo Header de distribuição de água desmineralizada na Tubovia Hidrogênio Sul, atendimento as recomendações de inspeção da Malha de Distribuição e a confiabilidade das Barragens (RS-I e RS-II), com expectativas de conclusão prevista ao longo do exercício de 2022, com exceção dos projetos em fase inicial.

A Companhia efetuou a análise de impairment dos seus bens e entende que seus ativos podem operar de acordo com as capacidades planejadas, não havendo indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10 Fornecedores

	2021	2020
Braskem S.A (i)	2.505	2.377
Manserv Montagem e Manutenção S/A	773	578
Unipar Carbocloro S.A	673	109
PQA Produtos Químicos Aracruz S/A	388	
NTW Engenharia, Obras e Serviços Ltda.	341	
Reframax engenharia Ltda	299	
BDG Construtora Ltda.	277	
Compass Minerals Nord. Ind. e Comércio Ltda.	262	
Paranapanema S/A	252	
Techbios Engenharia e Treinamento Ltda	248	123
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.	166	588
Mantep Manutencao Proj. obras Inds Ltda	129	190
Bray Controls Industria de Válvulas Ltda		591
Intersteel Aços e Metais Ltda		189
Outros (ii)	2.044	2.198
Total de fornecedor	8.357	6.943

- (i) O saldo R\$ 2.505 refere-se ao fornecimento de produto químico;
(ii) O saldo de outros refere-se na sua maioria em serviço de terceiros.

11 Financiamentos

a. Composição

Instituição financeira	Modalidade e encargos financeiros anuais	Vencimento	2021	2020
Caixa Econômica Federal (i)	3,50% a.a	jun/23	2.322	3.418
Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") (ii)	2,78% a.a + IPCA	dez/24	1.636	2.153
(-) Custos de transação			(10)	(16)
			3.948	5.555
Total de financiamentos curto prazo			1.894	1.927
(-) Custos de transação			(5)	(5)
			1.889	1.922
Total de financiamentos longos prazo			2.064	3.644
(-) Custos de transação			(5)	(11)
			2.059	3.633
Não circulante			3.948	5.555

- (i) Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 8.355 destinados a aquisição de equipamentos necessários para modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água para fins industriais. O contrato é garantido por carta de fiança e vence em dezembro de 2023.
- (ii) Financiamentos obtidos com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor total de R\$ 2.218, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à aquisição e instalação de equipamentos para a planta industrial. Esses financiamentos vencem em dezembro de 2024 e são garantidos por carta de fiança e bloqueio de conta corrente.

b. Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	5.555	6.682
(+) Adição de juros	358	280
(-) Amortização de principal	(1.611)	(1.203)
(-) Amortização de juros	(360)	(209)
(+) Custo de transação	6	5
	<u>3.948</u>	<u>5.555</u>
Saldo no final do exercício		

a. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2021
2023	1.644
2024	420
	<u>2.064</u>
(-) Custo de transação	<u>(-5)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.059</u>

b. Garantias e outras informações relevantes

Os contratos têm por objeto financiar a aquisição de equipamentos destinados à modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água. Os contratos não apresentam covenants financeiros relacionados. Todas as cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente e estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Possuem as seguintes garantias:

- Banco do Nordeste - Fiança bancária e bloqueio de conta reserva;
- Caixa Econômica Federal (FINISA)- Fiança bancária e emissão de uma nota promissória pelo mutuário no valor de 100% (cem por cento) do valor do financiamento.

12 Debêntures

a. Composição

Instituição financeira	Emissão	Vencimento	Custo	2021	2020
BB - Banco de Investimento S.A.	mar/2013	mar/2025	6% + IPCA	150.181	177.890
(-) Custos de transação				<u>(340)</u>	<u>(458)</u>
				<u>149.841</u>	<u>177.432</u>
Total de debêntures curto prazo				46.508	42.108
(-) Custos de transação				<u>(109)</u>	<u>(109)</u>
Circulante				<u>46.399</u>	<u>41.999</u>
Total de debêntures longo prazo				103.673	135.782
(-) Custos de transação				<u>(231)</u>	<u>(349)</u>
Não circulante				<u>103.442</u>	<u>135.433</u>
				<u>149.841</u>	<u>177.432</u>

b. Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	177.432	202.992
(+) Encargos financeiros	25.558	19.848
(-) Amortização de principal	(27.625)	(23.392)
(-) Amortização de juros	(25.640)	(22.125)
(+) Custo de transação	116	109
	<u>149.841</u>	<u>177.432</u>
Saldo no final do exercício		

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2021
2023	44.619
2024	44.737
2025	<u>14.317</u>
	<u>103.673</u>
(-) Custo de transação	<u>(231)</u>
Saldo no final do exercício	<u>103.442</u>

d. Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças tendo por objeto a cessão fiduciária, em favor dos Debenturistas, de (i) fornecimento de água industrial dos tipos clarificada, desmineralizada e potável pela Companhia à Braskem, nos termos do contrato de Fornecimento de Água Industrial celebrado entre as partes; (ii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem contra o Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário dos direitos creditórios, conforme indicado no contrato; e (iii) de quaisquer direitos de crédito ou de qualquer natureza oriundos das aplicações financeiras realizadas com os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida, nos termos do contrato de Cessão Fiduciária.

e. Cláusulas contratuais restritivas – covenants não financeiros

A Companhia possui em seu contrato de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas não financeiras. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas as debêntures.

13 Tributos a pagar

	2021	2020
IRRF retido de terceiros	24	19
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	76	46
INSS retido de terceiros	164	162
ISS retido de terceiros	135	94
PIS e COFINS a recolher	934	115
ICMS a recolher	1.145	975
	<u>2.478</u>	<u>1.411</u>

14 Transações com partes relacionadas

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Resultado					
	Contas a receber		Partes Relacionadas		Fornecedores		Receita de vendas		Compras/Outros Serviços		Resultado financeiro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ambev S.A.	-	-	-	-	-	-	10	11	-	-	-	-
Basf S.A.	934	1.044	-	-	-	-	10.995	10.891	-	-	-	-
Braskem S.A. (a)	10.474	8.372	-	-	2.505	2.377	115.181	106.316	(27.855)	(24.036)	-	-
Cetrel S.A. (b)	-	-	-	60.567	-	-	-	-	-	-	792	1.876
Companhia Brasileira de Estireno	660	907	-	-	-	-	8.640	6.169	-	-	-	-
Copenor Comp. Petroquímica do Nordeste	55	48	-	-	-	-	639	586	-	-	-	-
Deten Química S.A.	380	213	-	-	-	-	4.146	3.287	-	-	-	-
Elektroz S.A.	458	363	-	-	-	-	5.577	4.117	-	-	-	-
IPC do Nordeste Ltda.	10	10	-	-	-	-	148	127	-	-	-	-
Limpec - Limpeza Pública de Camaçari	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	-	-	-
Monsanto do Brasil Ltda.	654	338	-	-	-	-	2.776	2.212	-	-	-	-
Oleoquímica Indústria e Com. Prod.	23	-	-	-	-	-	106	54	-	-	-	-
Oxiteno Nordeste S.A. Ind. e Comércio	2.223	1.990	-	-	-	-	23.674	21.271	-	-	-	-
Parapanema S.A.	-	-	-	-	252	64	-	-	(4.536)	(1.028)	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	131	49	-	-	-	1	180	598	(20)	(7)	-	-
Proquigel Química S.A.	3.261	-	-	-	-	-	17.161	-	-	-	-	-
White Martins Gases Industriais Ltda.	72	138	-	-	-	-	919	904	-	-	-	-
Outros	23	5	-	-	-	-	143	104	-	-	-	-
	19.358	13.477	-	60.567	2.757	2.442	190.295	156.647	(32.411)	(25.146)	792	1.876

(a) O saldo R\$ 2.505 refere-se ao fornecimento de produto químico. (Nota nº 10).

(b) Em junho de 2021 foi realizada a quitação do contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora. O contrato de mútuo esteve ativo até o mês de junho de 2021 com atualização pelo CDI a um juros de 3% ao ano, gerando uma receita financeira de R\$ 792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.876 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

15 Imposto de renda e Contribuição social

a. Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	46.124	38.553
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(15.682)	(13.108)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	<u>6.356</u>	<u>758</u>
Equivalência patrimonial		
Incentivos fiscais	5.441	814
Outros	<u>915</u>	<u>(56)</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.326)</u>	<u>(12.350)</u>
Alíquota Nominal	<u>20%</u>	<u>32%</u>
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(1.978)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	<u>(7.348)</u>	<u>(12.350)</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(9.326)</u></u>	<u><u>(12.350)</u></u>

b. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo fiscal diferido	39.021	45.812
Passivo fiscal diferido	<u>(1.942)</u>	<u>(1.385)</u>
	<u>37.079</u>	<u>44.427</u>

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

c. Expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.560
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	33.461
	<u>39.021</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2022	5.560
2023	6.770
2024	7.009
2025	7.964
Demais anos	11.718
	<u>39.021</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

d. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	Reconhecido na demonstração do resultado	2021
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	40.680	(3.190)	37.490
Provisões	1.435	96	1.531
Ágio ⁽ⁱ⁾	3.697	(3.697)	0
	<u>45.812</u>	<u>(6.791)</u>	<u>39.021</u>
 Passivo fiscal diferido			
Depreciação ⁽ⁱⁱ⁾	(1.385)	(557)	(1.942)
	<u>44.427</u>	<u>(7.348)</u>	<u>37.079</u>

(i) Ativo Fiscal referente Ágio Fiscal originado pela venda da DAC pela Braskem em 28/12/2012, constituído por expectativa de resultado futuro fundamentado em laudo, que figurara no ato societário dia 14/03/2013 da cisão parcial da FBPI, vertido para a FGIP S/A, bem como na cisão parcial da FGIP S/A ocorrida em 07/06/2013. E, que fora amortizado conforme benefício fiscal obedecendo o disposto no artigo 20, parágrafo 2º, inciso b, do Decreto-Lei 1.598/1977 e art. 7º e 8º da Lei nº 9.532/1997, em 1/96 avos (8 anos), de Abril/2013 até Março/2021.

(ii) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação a taxa fiscal definida em normas vigentes.

16 Provisões

a. Passivo ambiental

	<u>Passivo circulante</u>
	Ambiental (a)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	166
(+) Adição da provisão	296
(-) Utilização da provisão	<u>(166)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>296</u>

A Companhia provisionou R\$ 296 de contingências ambiental no exercício de 2021, o valor de R\$ 166 constituído no ano de 2020 foi efetivamente utilizado decorrente da realização dos seus gastos relativos e remediações ambientais. Essa provisão se dá em decorrência de gastos considerados pela equipe de Diagnóstico e Remediação da Companhia para Gerenciamento Ambiental da DAC. Tais gastos operacionais estão vinculados aos cumprimentos das recomendações da Resolução CONAMA 420.

b. Contingências - Causas possíveis

A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2021, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 138.350 (2020 – R\$ 2.685), conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Natureza		
Ambiental	125	50
Tributário (i) (ii)	<u>138.225</u>	<u>2.635</u>
	<u>138.350</u>	<u>2.685</u>

(i) IR e CSL – Encargos de amortização de ágio

A companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito negocial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021, os valores atualizados dessas demandas somam R\$135.555.

(ii) Outros: CSLL – Extinção de Crédito Tributário de CSLL R\$ 863; IOF - Incidência de Crédito tributário IOF sobre mútuo de R\$1.784. Em 31 de dezembro de 2021, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 2.647.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cetrel	100,00	100,00	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			<u>42.630</u>	<u>42.630</u>	<u>20.396.249</u>	<u>20.396.249</u>

b. Reserva de incentivo fiscal

No final do exercício de 2018, a Conselho Deliberativo do Desenvolve, concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve, durante 12 (doze) anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução 169/2018.

Este benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 2.622 (2020 - R\$ 2.394).

Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na nota “2.12”, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 5.310 (2020 - R\$ 0).

c. Reserva legal

Em 2021 a Companhia constitui a reserva legal o valor de R\$ 483 atingindo seu limite de 20% do capital social.

d. Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva, devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

e. Distribuição de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no artigo nº 202, é assim demonstrada:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	36.798	26.203
Realização (constituição) de reservas:		
Reserva Legal (Nota 17 (c))	(483)	(1.310)
Incentivos fiscais (Nota 17 (b))	<u>(7.932)</u>	<u>(2.394)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>28.383</u>	<u>22.499</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>7.096</u>	<u>5.625</u>

18 Resultado do exercício

a. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2021	2020
Operações		
Receita de vendas	208.673	161.604
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(32.909)	(27.533)
Receita de Subvenção - Desenvolve	2.622	2.394
Abatimentos e cancelamentos	<u>(14.660)</u>	<u>(1.713)</u>
	<u>163.726</u>	<u>134.752</u>

b. Custos e despesas por natureza


	2021	2020
Classificadas por natureza:		
Pessoal		
Remunerações	(8.554)	(7.873)
Encargos sociais e trabalhistas	(5.812)	(5.185)
Outros benefícios	(4.350)	(4.493)
	<u>(18.716)</u>	<u>(17.551)</u>
 Materiais	(719)	(161)
Serviços	(5.352)	(5.108)
Manutenções	(12.154)	(10.623)
Insumos		
Água Bruta	(12.409)	(9.407)
Energia Elétrica	(14.149)	(11.192)
Soda Caustica	(4.928)	(2.969)
Outros insumos e utilidades	(10.631)	(5.225)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	72	(221)
Outros Gastos	(1.187)	(1.184)
	<u>(61.457)</u>	<u>(46.090)</u>
 Tributos, taxas e contribuições	(1.620)	(1.589)
Seguros	(1.427)	(604)
Depreciação e amortização	(12.882)	(14.345)
Provisão Ambiental	(296)	(166)
Outras receitas (Nota 7 (i))	1.944	
Outras	(209)	(162)
	<u>(14.490)</u>	<u>(16.866)</u>
 Total	<u><u>(94.663)</u></u>	<u><u>(80.507)</u></u>
 Classificadas por função:		
Custo das mercadorias vendidas	(88.913)	(73.125)
Gerais e administrativas	(7.261)	(6.833)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	72	(221)
Outras receitas (despesas), líquidas (a)	1.439	(328)
	<u><u>(94.663)</u></u>	<u><u>(80.507)</u></u>

c. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.469	1.985
Partes relacionadas (i) (nota 14)	792	1.876
Variações monetárias	25	(20)
Multas por atraso de recebimento	1.194	1.347
Outras	3	1
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(253)	(230)
	<u>5.230</u>	<u>4.959</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(350)	(364)
Tarifas bancárias	(15)	(16)
Despesas com juros	(27.710)	(20.147)
Outras	(94)	(124)
	<u>(28.169)</u>	<u>(20.651)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(22.939)</u>	<u>(15.692)</u>

(i) Partes Relacionadas refere-se a receita financeira sobre o contrato de mútuo que temos com a Controladora Cetrel S.A.

Administração da Companhia


João Bispo Lins Neto
Diretor Presidente


Rafael dos Santos Christo
Diretor


Andréa Cunha Santana
Contadora
CRC BA 038547/O